



ASSESSOR JURÍDICO

CADERNO DE PROVA
LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as questões objetivas com 40 (questões) itens, ordenados de 01 a 40, com alternativas de A a D; sendo apenas uma alternativa é correta. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala as providências cabíveis.
2. Durante a prova não poderá ser utilizado nenhum material de consulta. Não se comunique com outros candidatos, não use chapéu, óculos escuros, relógio e nem se levante sem autorização do Fiscal de Sala.
3. O cartão-resposta deverá ser preenchido, pelo(a) candidato(a) com caneta esferográfica TRANSPARENTE de tinta azul ou preta, devendo cobrir inteiramente o espaço correspondente à alternativa escolhida. O cartão não poderá ser rasurado, dobrado ou amassado. Não haverá substituição de cartão-resposta.
4. A assinatura do(a) candidato(a) no cartão-resposta é necessária e fundamental para sua identificação e pontuação neste certame.
5. O(a) candidato(a) somente poderá entregar a prova depois de transcorrida, pelo menos, 1 (uma) hora de seu início. Após a entrega, o(a) mesmo(a) deverá retirar-se da sala e do local de prova, não podendo mais ir ao banheiro.
6. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
7. O(a) candidato(a) poderá levar o caderno de questões, SOMENTE, nos últimos 30 minutos de prova.
8. A avaliação da prova objetiva levará em consideração somente as respostas transferidas para o cartão-resposta.
9. Caberá recurso sobre o conteúdo da prova de acordo com cronograma e após a divulgação do gabarito, que estará disponível no site <https://funatec.org.br>

BOA PROVA A TODOS!

As questões de 01 a 03 referem-se ao texto abaixo:

OS PERIGOS DA LIBERAÇÃO DE JOGOS DE AZAR ONLINE

A liberação dos jogos de azar online no Brasil constitui uma ameaça insidiosa que não pode, sob nenhuma circunstância, ser desconsiderada. Ainda que alguns advoguem em favor da regulamentação como uma fonte potencial de arrecadação fiscal e um suposto estímulo à economia, considero que os riscos intrínsecos a essa medida superam, de forma inequívoca, quaisquer benefícios que possam ser cogitados. Os impactos sociais e econômicos decorrentes de tal liberalização são, no mínimo, perturbadores e merecem uma reflexão profunda e criteriosa.

Primordialmente, é inegável que a liberação dos jogos de azar online exacerbaria de maneira alarmante os casos de dependência. A acessibilidade desenfreada e ininterrupta dessas plataformas cria um cenário extremamente perigoso, especialmente para os indivíduos mais suscetíveis. A compulsão pelo jogo não deve, sob hipótese alguma, ser subestimada. Essa prática perniciosa pode conduzir à ruína financeira, à dissolução de laços familiares e à degradação da saúde mental. Ignorar os efeitos deletérios dessa possível legalização seria abrir as portas para a destruição silenciosa e implacável de vidas.

Ademais, no âmbito econômico, há questões de gravidade que não podem ser negligenciadas. Ainda que se argumente a favor da arrecadação tributária oriunda da legalização, a que custo tal benefício seria alcançado? A ludomania engendra um ciclo vicioso de dificuldades financeiras que afetam não apenas o indivíduo, mas também seu núcleo familiar. O endividamento crônico e a falência são desfechos tristemente comuns, o que, por sua vez, acarreta uma pressão adicional sobre os serviços de assistência social. Ironia das ironias, o fardo imposto ao Estado para socorrer as vítimas dessa dependência pode, em última instância, ultrapassar a receita gerada pelos impostos.

Por fim, cumpre destacar o desvio de recursos que tal prática implicaria. O capital despendido em jogos de azar online não contribui para o desenvolvimento econômico em sentido produtivo. Em vez de ser direcionado para iniciativas que promovam o bem-estar da sociedade, como educação, saúde e infraestrutura, esses recursos são drenados por um sistema que favorece uma ínfima minoria, enquanto as massas são prejudicadas. Além disso, não se pode ignorar o perigo latente de que tal mercado se torne um terreno fértil para a lavagem de dinheiro e outras práticas ilícitas.

Diante dessas considerações, sou peremptoriamente contrário à liberação dos jogos de azar online no Brasil. Os efeitos nefastos, tanto sociais quanto econômicos, que adviriam dessa medida são imensos e potencialmente irreversíveis. Não podemos, em nome de uma receita temporária e ilusória, comprometer o bem-estar e a integridade da nossa sociedade. É imperativo que se pondere

sobre as consequências a longo prazo, e que se tomem decisões que salvaguardem nossa população, especialmente os mais vulneráveis, dos perigos inerentes a essa liberação.

LINGUA PORTUGUESA

01. No que se refere aos argumentos econômicos apresentados no texto, é correto afirmar que:

- a) A legalização dos jogos de azar online proporcionaria um ciclo econômico virtuoso, com benefícios a longo prazo.
- b) O autor reconhece que, embora os jogos de azar online possam gerar receita tributária, os custos sociais decorrentes tendem a superar esses benefícios.
- c) O texto sugere que o dinheiro investido em jogos de azar online poderia ser reinvestido em setores produtivos da economia.
- d) A liberação dos jogos de azar online é considerada essencial para a criação de novas oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico sustentável.

02. Qual das seguintes afirmativas sintetiza corretamente a visão do autor sobre o impacto social dos jogos de azar online?

- a) A prática dos jogos de azar online tem um impacto positivo nas relações familiares e na saúde mental dos jogadores.
- b) O autor acredita que a facilidade de acesso aos jogos online contribui para o fortalecimento da economia doméstica.
- c) A liberação dos jogos de azar online é vista como um fator que pode agravar a dependência do jogo e, conseqüentemente, aumentar os problemas sociais e psicológicos.
- d) O texto destaca que os jogos de azar online são uma forma de entretenimento segura e regulada, sem maiores implicações sociais.

03. A crítica do autor à possível legalização dos jogos de azar online no Brasil baseia-se, principalmente, em qual dos seguintes aspectos?

- a) A percepção de que os recursos financeiros destinados aos jogos de azar online seriam melhor aplicados em setores produtivos, evitando, assim, o agravamento de problemas como o endividamento e a dependência.
- b) A convicção de que os jogos de azar online são incapazes de gerar qualquer tipo de receita para o governo.
- c) A crença de que os jogos de azar online contribuem para o fortalecimento das relações sociais e econômicas.
- d) A opinião de que a regulamentação dos jogos de azar online resolveria todos os problemas financeiros enfrentados pelo Brasil.

As questões 04 a 06 referem-se ao texto a seguir:

"Cidade de Deus", dirigido por Fernando Meirelles e codirigido por Kátia Lund, é uma obra cinematográfica que marcou profundamente o cenário do cinema brasileiro e mundial. Baseado no romance homônimo de Paulo Lins, o filme narra a brutalidade e a desesperança que permeiam a vida na favela carioca de Cidade de Deus. Apesar do seu inegável sucesso crítico e popular, há aspectos dessa obra que merecem uma análise crítica mais aprofundada, especialmente em relação à forma como a violência e a realidade social são retratadas.

Em primeiro lugar, "Cidade de Deus" é frequentemente aclamado por sua estética inovadora e narrativa envolvente, mas essa mesma estética pode ser criticada por, em certo grau, glamorizar a violência. A câmera ágil, a montagem frenética e a trilha sonora pulsante conferem um dinamismo que, em alguns momentos, parece quase exaltar a brutalidade da vida nas favelas. Embora a intenção dos realizadores seja, sem dúvida, denunciar as condições desumanas vividas pelos moradores da favela, a estilização excessiva pode levar a uma interpretação equivocada, onde a violência é percebida mais como um espetáculo visual do que como uma crítica social profunda.

Além disso, o filme pode ser questionado por sua representação limitada e, em alguns casos, estereotipada dos personagens. A maioria das figuras centrais são jovens negros envolvidos em atividades criminosas, o que, embora reflita uma realidade específica, pode reforçar estereótipos raciais e sociais. A complexidade das motivações e a diversidade de experiências dos moradores da favela são, em grande parte, suprimidas em favor de uma narrativa que foca quase exclusivamente na violência e na criminalidade. Esse enfoque pode sugerir que a vida nas favelas é definida apenas por essas características, ignorando as histórias de resistência, solidariedade e criatividade que também fazem parte do cotidiano dessas comunidades.

Outro ponto de crítica reside na forma como o filme foi recebido e consumido internacionalmente. "Cidade de Deus" foi amplamente elogiado por críticos ao redor do mundo e se tornou uma referência do cinema brasileiro, mas essa recepção global também levanta questões sobre o exotismo e a fetichização da pobreza e da violência. Há um risco de que o filme seja visto, especialmente por audiências estrangeiras, mais como um retrato exótico de uma realidade distante do que como uma denúncia incisiva das profundas desigualdades sociais que caracterizam o Brasil. Esse tipo de recepção pode despolitizar o filme, transformando-o em uma mera representação de "violência autêntica" em um contexto

culturalmente distante, ao invés de promover uma reflexão crítica sobre as condições que perpetuam essas realidades.

Em suma, "Cidade de Deus" é uma obra de impacto indiscutível, tanto em termos de sua qualidade cinematográfica quanto de sua capacidade de trazer à tona discussões importantes sobre a desigualdade e a violência urbana no Brasil. No entanto, é crucial que se aborde o filme com um olhar crítico, reconhecendo os possíveis perigos de uma estilização excessiva da violência e a simplificação das complexas realidades das favelas. Somente assim podemos apreciar "Cidade de Deus" não apenas como um marco do cinema, mas também como um ponto de partida para debates mais profundos sobre a representação da marginalização e das desigualdades sociais no cinema.

04. Qual é o principal argumento do autor em relação à estilização da violência no filme "Cidade de Deus"?

- a) A estilização é vista como uma ferramenta essencial para transmitir a realidade das favelas de maneira mais envolvente.
- b) A abordagem estilística do filme é elogiada por aumentar a autenticidade da representação das favelas.
- c) A estilização da violência é criticada por não ser suficientemente impactante para o público.
- d) O autor sugere que a estilização da violência contribui para uma interpretação que pode glamorizar a brutalidade, desviando o foco da crítica social.

05. Em relação à representação dos personagens em "Cidade de Deus", o autor critica o filme por:

- a) Apresentar uma visão complexa e diversificada da vida nas favelas, que vai além da criminalidade.
- b) Focar exclusivamente em figuras heroicas que resistem às adversidades da vida na favela.
- c) Restringir a narrativa à violência e criminalidade, potencialmente reforçando estereótipos raciais e sociais.
- d) Explorar a vida cotidiana dos moradores das favelas de maneira detalhada e equilibrada.

06. Segundo o autor, qual é o risco associado à recepção internacional do filme "Cidade de Deus"?

- a) Que a violência e a pobreza sejam vistas de forma exótica e fetichizada, despolitizando a crítica social subjacente.
- b) Que o filme seja aclamado como uma obra-prima do cinema brasileiro, superando as produções internacionais.
- c) Que a audiência global compreenda plenamente as nuances e complexidades da realidade das favelas brasileiras.
- d) Que o filme seja rejeitado por não apresentar uma imagem glamorosa do Brasil.

07. Marque a alternativa que melhor define a diferença entre o discurso indireto livre e o discurso indireto:

- a) No discurso indireto, as falas dos personagens são narradas sem a interferência do narrador, enquanto no discurso indireto livre, o narrador e o personagem compartilham a mesma perspectiva, sem distinção clara entre os dois.
- b) O discurso indireto livre mantém a estrutura do discurso direto, mas incorpora elementos da fala do narrador, ao passo que o discurso indireto substitui a fala dos personagens por uma descrição narrativa.
- c) No discurso indireto livre, há uma fusão entre a voz do narrador e do personagem, sem marcas explícitas de mudança de discurso, enquanto no discurso indireto, a fala do personagem é introduzida pelo narrador com conectivos subordinativos.
- d) O discurso indireto livre é utilizado apenas em textos literários, enquanto o discurso indireto é exclusivo de textos jornalísticos.

08. Assinale a alternativa que contém um exemplo de intertextualidade implícita:

- a) O poeta mencionou explicitamente versos de Camões em sua nova obra.
- b) A frase "Ser ou não ser, eis a questão" foi usada para reforçar uma dúvida existencial no texto.
- c) Uma citação direta de Shakespeare foi utilizada como epígrafe no início do capítulo.
- d) O autor descreveu a cena de uma batalha com características que lembram "A Guerra dos Tronos", sem mencionar a obra.

09. Destaque a alternativa que melhor caracteriza a polifonia em um texto:

- a) A sobreposição de discursos distintos em um mesmo texto, evidenciando a pluralidade de vozes sociais e ideológicas, frequentemente mediados pelo narrador.
- b) A presença de múltiplas vozes narrativas que expressam diferentes perspectivas sobre a mesma temática, sem a interferência do autor.
- c) A utilização de diversas figuras de linguagem para enriquecer o texto, conferindo-lhe maior complexidade estilística.
- d) A alternância entre narração em primeira e terceira pessoa, proporcionando uma visão multifacetada dos acontecimentos narrados.

10. Marque a alternativa em que o termo sublinhado exemplifica uma coesão referencial correta:

- a) O professor entregou as provas corrigidas, que foi muito elogiado pelos alunos.
- b) Aqueles que estudaram, obtiveram bons resultados.

- c) Ana trouxe o livro para Maria, e lhe mostrou a capa.
- d) Este carro foi vendido por João, e aquele por Pedro.

11. Assinale a alternativa em que a variação linguística é utilizada de maneira estilística para marcar a identidade de uma personagem em um texto literário:

- a) A utilização de uma linguagem técnica para descrever processos científicos em um artigo acadêmico.
- b) O uso do dialeto caipira por uma personagem para refletir sua origem rural e modo de vida simples.
- c) A adoção de gírias urbanas contemporâneas em um texto jornalístico para aproximar-se do público jovem.
- d) O emprego de uma linguagem formal e rebuscada em uma peça publicitária de luxo.

12. Marque a alternativa que identifica corretamente a função de linguagem predominante no trecho: "A propaganda é a alma do negócio. Compre já o seu produto e garanta o melhor preço!"

- a) Função metalinguística
- b) Função referencial
- c) Função conativa
- d) Função poética

13. Assinale a alternativa em que a palavra sublinhada assume um valor conotativo, e não denotativo:

- a) Ele entregou a chave do carro ao comprador.
- b) A chave para o sucesso é a perseverança.
- c) O mecânico reparou a chave de roda.
- d) A casa foi aberta com a chave reserva.

14. Destaque a alternativa em que a acentuação gráfica está correta segundo as regras da nova ortografia:

- a) Eles têm um pessimo hábito de chegar atrasado.
- b) Os juizes anunciaram o veredicto ao final da sessão.
- c) O trânsito estava tão caótico que fui obrigado a retrair o veículo.
- d) O heroi errou o alvo por um centímetro.

15. Na frase "O energúmeno estava com tanta fome que comeu a água e bebeu a língua" (Marah Mends), a palavra em destaque tem seu melhor significado na seguinte alternativa:

- a) Desconhecido
- b) Descontrolado
- c) Desdenhoso
- d) Destemido

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

16. Em um grupo de 28 pessoas, sabe-se que 14 possuem como transporte uma moto e 13 possuem como transporte um carro. Com base nessas informações pode-se afirmar que:

- a) Todos desse grupo possuem um carro ou uma moto.
- b) Pelo menos uma pessoa do grupo não possui carro ou moto.
- c) Nenhuma pessoa possui carro ou moto.
- d) Pelo menos uma pessoa do grupo possui carro e moto.

17. Em uma votação entre os funcionários de uma empresa para a escolha do coordenador e o subcoordenador de um determinado setor, estão concorrendo 20 funcionários. O primeiro mais bem votado será eleito como coordenador e o segundo mais bem votado será eleito como subcoordenador. Assinale corretamente de quantas maneiras distintas a escolha dessa dupla poderá ser feita.

- a) 420
- b) 380
- c) 510
- d) 450

18. Em um jogo que possui 20 números possíveis para sorteio, o apostador precisará escolher 8 números para concorrer ao grande prêmio, para ganhar esse prêmio o apostador precisará acertar os 8 números escolhidos independente da ordem dos números sorteados. Assinale corretamente a alternativa que representa a quantidade de possibilidades distintas de sair o resultado.

- a) 220.748
- b) 98.502
- c) 189.804
- d) 125.970

19. Assinale corretamente a assertiva que representa a negação da seguinte proposição:

“Ana é bonita ou Letícia é feia”

- a) Ana não é bonita e Letícia não é feia
- b) Ana não é bonita e Letícia é feia
- c) Ana é bonita e Letícia não é feia
- d) Se Ana é bonita, então Letícia é feia

20. Assinale corretamente a negação da seguinte proposição:

“Se João é inteligente então passará de ano”

- a) João é inteligente ou não passará de ano
- b) João é inteligente e passará de ano
- c) João é inteligente e não passará de ano
- d) João não é inteligente e não passará de ano.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Assinale a alternativa que melhor define a classificação das normas constitucionais quanto à sua aplicabilidade e eficácia:

- a) Normas constitucionais programáticas não possuem eficácia plena e imediata, sendo necessárias regulamentações infraconstitucionais para produzir qualquer de seus efeitos.
- b) Normas constitucionais de eficácia plena produzem efeitos diretos e imediatos, independentemente de regulamentação posterior.
- c) Normas constitucionais de eficácia contida exigem complementação legislativa para produzir efeitos, sem possibilidade de aplicação direta.
- d) Normas constitucionais de eficácia limitada possuem aplicação imediata, mas a sua eficácia pode ser restringida por legislação infraconstitucional.

22. Marque a alternativa que melhor explica a supremacia constitucional no ordenamento jurídico brasileiro:

- a) A supremacia constitucional implica que todas as normas jurídicas, independentemente da hierarquia, devem estar em consonância com os tratados internacionais em vigor.
- b) A supremacia constitucional confere ao Supremo Tribunal Federal a competência exclusiva para interpretar normas infraconstitucionais.
- c) A supremacia constitucional determina que a Constituição é a norma suprema do ordenamento jurídico, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, inclusive tratados internacionais.
- d) A supremacia constitucional estabelece que apenas as normas federais estão sujeitas ao controle de constitucionalidade.

23. Qual das alternativas abaixo está correta sobre o controle de constitucionalidade das normas no Brasil?

- a) O controle difuso de constitucionalidade é realizado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal em sede de recurso extraordinário.
- b) O controle concentrado de constitucionalidade é exclusivo do Supremo Tribunal Federal e ocorre apenas em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
- c) O controle difuso permite que qualquer juiz ou tribunal declare incidentalmente a inconstitucionalidade de uma norma, aplicando o efeito *ex tunc*.
- d) O controle abstrato de constitucionalidade pode ser realizado por qualquer Tribunal de Justiça, independentemente de competência prevista na Constituição Federal.

24. Assinale a alternativa correta sobre os princípios fundamentais na Constituição Federal de 1988:

- a) O princípio da dignidade da pessoa humana é exclusivo dos direitos e garantias fundamentais, não integrando os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.
- b) O pluralismo político, como base do Estado democrático de direito, aponta o reconhecimento de que a sociedade é formada por vários grupos, portanto composta pela multiplicidade de vários centros de poder em diferentes setores.
- c) O princípio da separação dos Poderes confere ao Legislativo a competência exclusiva para a criação de normas e decretos.
- d) O princípio da legalidade administrativa permite que a Administração Pública atue de acordo com a conveniência e oportunidade, desde que não haja proibição expressa em lei.

25. Marque a alternativa correta sobre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal:

- a) A liberdade de expressão é garantida, mas a Constituição permite a censura prévia em casos de segurança nacional e proteção à moralidade pública.
- b) O direito à privacidade inclui a inviolabilidade do domicílio, que pode ser relativizado por ordem judicial, em caso de flagrante delito ou desastre.
- c) A liberdade de associação inclui a possibilidade de criação de entidades paramilitares para a defesa de interesses coletivos.
- d) O direito de propriedade é absoluto, podendo o proprietário utilizar seu bem sem qualquer limitação imposta pela função social da propriedade.

26. Qual das alternativas a seguir está correta sobre os direitos sociais na Constituição Federal de 1988?

- a) Os direitos sociais previstos na Constituição Federal são apenas programáticos, não sendo exigíveis judicialmente.
- b) A educação é um direito social que deve ser assegurado apenas em níveis básicos e técnicos, não abrangendo a educação superior.
- c) A saúde é um direito social e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.
- d) A moradia é um direito social garantido apenas para aqueles que comprovarem situação de vulnerabilidade socioeconômica.

27. Assinale a alternativa correta sobre a organização política administrativa do Estado brasileiro:

- a) Os Estados-membros têm competência exclusiva para legislar sobre direito civil e comercial, independentemente da legislação federal.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm autonomia política, administrativa e financeira, conforme a repartição de competências estabelecida pela Constituição.
- c) Os Municípios não possuem competência legislativa, sendo suas normas complementares às estaduais e federais.
- d) A repartição de competências entre a União e os Estados-membros é exclusivamente de caráter administrativo, cabendo à União a criação de todas as normas jurídicas.

28. Marque a alternativa correta sobre a Administração Pública na Constituição Federal de 1988:

- a) A publicidade dos atos administrativos é um princípio absoluto, não admitindo exceções em nenhum caso.
- b) A moralidade administrativa permite que os agentes públicos atuem conforme critérios de conveniência e oportunidade, desde que observem os princípios da eficiência e da legalidade.
- c) O princípio da impessoalidade impede que atos administrativos sejam praticados visando beneficiar ou prejudicar pessoas determinadas.
- d) A eficácia administrativa autoriza o agente público a atuar de acordo com a sua discricionariedade, desde que dentro dos limites da lei.

29. Qual das alternativas a seguir está correta sobre a organização do Poder Legislativo na Constituição Federal?

- a) O Senado Federal tem a função exclusiva de legislar sobre matérias de competência privativa da União, não podendo iniciar projetos de lei ordinária.
- b) A Câmara dos Deputados tem competência para fiscalizar as contas do Presidente da República, mas não pode sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar.
- c) O Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, exerce, entre outras funções, a de controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- d) As comissões parlamentares de inquérito podem determinar a prisão de testemunhas por até 30 dias, desde que haja decisão majoritária de seus membros.

30. Assinale a alternativa correta sobre a organização do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988:

- a) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é o órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro, tendo competência para julgar todos os casos em última instância.
- b) Os Tribunais Regionais Federais (TRFs) têm competência exclusiva para julgar ações envolvendo entes federativos, independentemente do valor da causa.
- c) O Supremo Tribunal Federal (STF) tem competência originária para julgar ações diretas de inconstitucionalidade e recursos extraordinários, além de ser o guardião da Constituição.
- d) A Justiça do Trabalho tem competência para julgar exclusivamente ações relacionadas a relações de trabalho entre empregados e empregadores, sem exceções.

31. Marque a alternativa correta sobre os princípios gerais da atividade econômica na Constituição Federal:

- a) A livre concorrência é um princípio que permite ao Estado intervir diretamente no mercado para garantir a manutenção de monopólios estatais em setores estratégicos.
- b) O princípio da função social da propriedade restringe-se às propriedades rurais.
- c) A defesa do consumidor é princípio constitucional que orienta a atuação do Estado na regulação das relações de consumo.
- d) O princípio da livre iniciativa impede a criação de qualquer tipo de regulamentação estatal sobre atividades econômicas, exceto em casos de interesse nacional.

32. Assinale a alternativa correta sobre a Seguridade Social na Constituição Federal de 1988:

- a) A Previdência Social no Brasil é financiada exclusivamente pela contribuição dos trabalhadores e empregadores.
- b) A Saúde é garantida pela Constituição como um direito de todos e dever do Estado, sendo de responsabilidade exclusiva da União.
- c) A Assistência Social é destinada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
- d) O financiamento da Seguridade Social é realizado por recursos oriundos apenas da União e das contribuições dos trabalhadores.

33. Qual das alternativas a seguir está correta sobre a administração pública na Constituição Federal de 1988?

- a) A estabilidade no serviço público é concedida automaticamente após dois anos de exercício do cargo público.
- b) O servidor público efetivo pode perder o cargo exclusivamente por decisão transitada em julgado.
- c) A nomeação para cargo em comissão é restrita aos servidores efetivos.
- d) A exoneração de um servidor em estágio probatório não pode ocorrer de forma arbitrária, mas sim mediante um processo de avaliação criterioso e formalizado, garantindo que a decisão seja justa e fundamentada.

34. Marque a alternativa correta sobre a organização do Poder Executivo na Constituição Federal de 1988:

- a) O Conselho da República é órgão de consulta do Presidente da República, composto por membros natos e membros nomeados pelo próprio Presidente.
- b) O Presidente da República tem a competência exclusiva para promulgar emendas à Constituição Federal.
- c) O Vice-Presidente da República exerce o cargo de Ministro de Estado de forma automática, acumulando as duas funções.
- d) O Presidente da República pode delegar ao Vice-Presidente a função de sancionar leis, conforme previsto na Constituição.

35. Assinale a alternativa correta sobre as funções essenciais à Justiça na Constituição Federal de 1988:

- a) A Defensoria Pública é responsável pela representação judicial de todos os entes federados, não atuando na defesa de direitos individuais.
- b) O Ministério Público possui autonomia funcional, administrativa e orçamentária, cabendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- c) A Advocacia-Geral da União é instituição essencial à Justiça que possui a função exclusiva de defesa do patrimônio público, não atuando em causas de natureza privada.
- d) A Procuradoria-Geral da República é subordinada hierarquicamente ao Presidente da República, que pode nomear e exonerar o Procurador-Geral da República a qualquer tempo.

36. Marque a alternativa correta sobre os direitos da nacionalidade na Constituição Federal de 1988:

- a) A nacionalidade originária brasileira é atribuída a qualquer pessoa nascida em território brasileiro, independentemente da nacionalidade dos pais.
- b) A perda da nacionalidade brasileira pode ocorrer exclusivamente por cancelamento da naturalização, em razão de atividade nociva ao interesse nacional.
- c) O brasileiro nato não pode ser extraditado, salvo em casos de crimes contra a humanidade reconhecidos por tratados internacionais.
- d) A nacionalidade brasileira pode ser concedida a estrangeiros residentes no país, desde que tenham cumprido os requisitos estabelecidos por lei, sem a necessidade de renúncia à nacionalidade de origem.

CONHECIMENTOS LOCAIS

37. Segundo a Lei Orgânica do Município de Cururupu, é vedado ao Município:

- a) Dar fé em documentos públicos.
- b) Manter colaboração de interesse público com cultos religiosos ou igrejas, na forma da lei.
- c) Permitir o estabelecimento de escolas privadas.
- d) Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento.

38. Sobre a emenda à Lei Orgânica do Município de Cururupu, assinale a alternativa correta:

- a) A proposta de emenda à Lei Orgânica pode ser feita apenas pelo Prefeito e deve ser aprovada por maioria simples em um único turno de votação.
- b) A Lei Orgânica não pode ser emendada durante o estado de sítio ou intervenção municipal e a proposta de emenda deve ser discutida e votada em dois turnos, necessitando de três quintos dos votos dos membros da Câmara para aprovação em ambos.
- c) A emenda à Lei Orgânica pode ser rejeitada sem restrições e, se rejeitada, pode ser proposta novamente na mesma sessão legislativa, desde que tenha a assinatura de um terço dos membros da Câmara.
- d) A proposta de emenda à Lei Orgânica, se rejeitada ou considerada prejudicada, pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que seja subscrita apenas por um terço dos membros da Câmara.

39. Sobre a origem do nome "Cururupu", qual das seguintes afirmativas é correta?

- a) O nome "Cururupu" originou-se do apelido de um cacique indígena e do som de uma arma que o matou, conforme lenda popular.
- b) O nome "Cururupu" foi dado a partir da junção de palavras indígenas sem relação com o cacique Cabelo de Velha.

- c) O nome "Cururupu" vem da denominação de uma fazenda localizada na margem do rio Curupu.
- d) O nome "Cururupu" foi escolhido devido à sua sonoridade, sem relação com a história local.

40. Sobre a formação administrativa de Cururupu, qual é a afirmação correta?

- a) Cururupu foi inicialmente elevado à categoria de município antes de ser criado como distrito.
- b) O município de Cururupu foi criado pela Lei Estadual n.º 893, de 1920, e mantido como distrito de Guimarães.
- c) O município de Cururupu foi criado pela Lei Provincial n.º 120, de 1841, e a elevação à cidade ocorreu em 1920.
- d) A criação dos distritos de Bacuri e Bacuri-Paná ocorreu antes da elevação de Cururupu à cidade.